

O BRASIL NA 2.^a GUERRA MUNDIAL II

31.8.44

A MULHER E A DECLARAÇÃO DE GUERRA

Major Enf Ref ELZA CANSANÇÃO MEDEIROS

No dia 31 de agosto comemora-se o cinquentenário da declaração de "Estado de Beligerância" do Brasil contra o Eixo, situação que levou o nosso país a se engajar na II Guerra Mundial.

Por que nós, brasileiros, tivemos que nos envolver nessa sangrenta contenda mundial? Vivíamos em um marasmo, com pouco desenvolvimento, sob um regime ditatorial calcado nos moldes hitleristas. Nosso dirigente, Getúlio Vargas, procurava manter uma falsa neutralidade, uma vez que a maioria do povo e de seus auxiliares não concordava com as suas simpatias.

Em 1º de dezembro de 1941, por ocasião da reunião que foi presidida pelo Presidente Roosevelt, realizada em Montevideu, foram assinadas a "Declaração para Manutenção, Salvaguarda e Restabelecimento da Paz" e a "Declaração de Princípios sobre Solidariedade e Cooperação Americana".

Naquele primeiro convênio ficou estabelecido que "toda e qualquer perturbação de paz no continente, ou ainda, qualquer guerra externa que ameaçasse essa paz, obrigaria a uma consulta entre as repúblicas americanas, para as necessárias providências".

Entretanto, continuávamos a manter um estado de semi-neutralidade, embora já tivéssemos cedido aos americanos nossas bases aéreas e navais, principalmente no nordeste, o que enfureceu o Fuhrer e fez com que ele determinasse a caçada aos nossos indefesos navios mercantes.

A anexação de Dantzig à Alemanha foi, na realidade, o estopim para o início da II Guerra, fazendo sentir ao nosso governo que o perigo se aproximava, e pressionado pela opinião pública, promulgou o Decreto-lei nº 1.061, estabelecendo as regras de neutralidade, regras estas, aliás, bastante flexíveis, como se pode ver pelo texto composto de 28 itens, e que só foi posto em execução após a invasão da Polônia.

Embora a Reunião dos Países Americanos, realizada posteriormente no Panamá, ratificasse as providências anteriores, foi elaborado um novo tratado, a "Declaração Geral de Neutralidade das Repúblicas Americanas", onde se afirmava a posição de neutralidade, a proibição de instalações de bases militares em seus territórios e se estabelecia a "Zona de Segurança" envolvendo o continente americano.

Tais medidas, entretanto, não lograram grande êxito, pois se antepunham aos interesses da França e da Inglaterra, que possuíam colônias na América. Temiam elas que as belonaves alemãs procurassem abrigo em portos de países americanos e, daí, partissem para atacar os seus navios.

Uma das razões que levaram Hitler a atacar nossos pequenos navios mercantes foi o interesse em atrair para o Atlântico Sul as marinhas aliadas que defendiam fortemente o norte da África. Entretanto, tal estratégia não deu o resultado esperado e, com isto, perdemos 33 navios da nossa já reduzida marinha mercante. Nada menos que 1.950 preciosas vidas de mulheres, crianças e civis, brasileiros indefesos, foram ceifadas pelos famigerados submarinos alemães.



Nosso povo é de natureza pacífica, mas não é covarde. Nossas guerras, em sua maioria, tinham sido de natureza defensiva, mas não podíamos aceitar passivamente esses atentados contra a nossa soberania.

Os movimentos populares tomaram as ruas, clamando por revide às afrontas à Nação brasileira. As pressões sobre Getúlio Vargas aumentavam a cada dia. O clamor popular estava por toda parte.

A mulher brasileira que, ao longo da nossa história, sempre se empenhara na defesa da soberania nacional – lembremo-nos de Clara Camarão, Paraguassu, Maria Quitéria, Ana Lins e tantas outras heroínas – também foi às ruas pedir por vingança.

Esses movimentos populares forçaram Vargas a tomar uma atitude definitiva. O primeiro passo foi através de uma Nota Ministerial datada de 21 de agosto de 1942 dirigida à Itália e à Alemanha, assinada por Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, que em certo trecho dizia: “Sem consideração para com essa atitude pacífica do Brasil e sob o pretexto de que precisava fazer guerra total à grande Nação Americana, a Alemanha (Itália) atacou e afundou, sem prévio aviso, diversas unidades navais mercantes brasileiras que faziam viagens de comércio, navegando dentro dos limites do “mar continental fixado na Declaração XV do Panamá”.

Mais adiante, dizia a carta: “Não há como negar que a Alemanha (Itália) praticou contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer na defesa de nossa dignidade, de nossa soberania e da segurança da América”.

No dia 22 de agosto de 1942, o famoso DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), transmitia à Nação o seguinte comunicado:

“O Sr. Presidente da República reuniu hoje o Ministério, tendo comparecido todos os Ministros.

Diante da comprovação dos atos de guerra contra a nossa soberania, foi reconhecida a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras Alemanha e Itália.”

Havia relutado muito o governo da época, o nosso ditador tupiniquim, Getúlio Vargas, em declarar guerra a Hitler, mas o povo estava revoltado, e ele, ladino como era, sentiu que se não atendesse aos clamores populares, correria o risco de ser deposto. Assim, finalmente, a 31 de agosto de 1942, assinou o Decreto nº 10.358, através do qual era declarado o ESTADO DE GUERRA em todo o território nacional, de acordo com os artigos 74, letra K, e 171 da Constituição Federal.

O revide de nossos inimigos não se fez esperar. Recebendo dos “quintas-colunas” que aqui proliferavam informações sobre a saída de nossos navios e a direção em que navegavam, recrudescentes os ataques



aos indefessos navios de passageiros. Nem mesmo uma pequena barcaça, a JACYRA, escapou. Foi vítima do último torpedo do submarino U-507, sob o comando de um jovem de 24 anos, Haro Schacht, o maior ceifador de vidas brasileiras, que pôs a pique 5 navios e uma barcaça.

Como disse anteriormente, a mulher brasileira jamais se furtou ao chamamento pátrio e, como na época não havia outro meio para que ela se engajasse na luta, ingressou nas Escolas de Enfermagem. Mitigando as dores dos feridos, procurando salvar vidas, estaria também defendendo a Pátria.

As Escolas de Enfermagem Ana Nery, Cruz Vermelha e Alfredo Pinto passaram a ficar lotadas com alunas de todas as idades. Todas queriam se preparar para ajudar e se inscreviam nos diferentes cursos que eram ministrados, como o de “Profissionais”, hoje chamado de “Alto Padrão”, cuja duração era de 3 anos e que, na ocasião, não atendia às necessidades imediatas. Foram então criados dois outros tipos de curso. O de SAMARITANAS era uma espécie de Artigo 99 de Enfermagem, ou seja, a condensação dos três anos em um. Era ministrado com intensidade, sendo a parte da manhã dedicada à prática e a da tarde à teoria. O outro tipo de Curso – que foi muito popular e era ministrado inclusive em fábricas e repartições – foi o de VOLUNTÁRIAS SOCORRISTAS, cuja duração era de 3 meses.

A esses cursos acorreu a fina flor de nossa sociedade. Dentre elas podemos citar as duas Princesas do

Brasil, Maria Francisca e Maria Thereza de Orleans e Bragança, Zoé de Chagas Freitas, Virginia Maria Portocarrero, Carmem Bebian, Sonia Oiticica, Odete Cipriano Serpa (cujo nome artístico é Yara Cortes) e tantas outras jovens que já eram famosas na época ou que se tornaram conhecidas posteriormente.

Mas, apesar de todo este movimento de guerra, nossos dirigentes não tinham a menor pressa em preparar nossa tropa de defesa, tanto é que, quando a 18 de abril de 1943, me apresentei à Diretoria de Saúde do Exército, pedindo para ser incluída na tropa de defesa, fui taxada de louca, porque “o Brasil não vai para a guerra, como é que você quer lutar sozinha?”. Mas, apesar disso, as enfermeiras tiveram que ser admitidas no Exército e foram preparadas para a guerra.

Com a finalidade de preparar as enfermeiras para o Exército, foi criado o Corpo de Enfermeiras da Reserva do Exército, um curso que correspondia ao CPOR masculino. No primeiro curso, foram aprovadas 50 enfermeiras; no segundo, foram 21; no terceiro, 22, e no quarto, 20, este já com a guerra terminada. Desse 4 cursos, ministrados no Rio, só foram aproveitadas algumas da primeira e da segunda turma. Dos demais grupos, nenhuma foi convocada.

Nos Estados de Minas e Bahia, também foram ministrados cursos que forneceram ao Exército 17 enfermeiras.

Apesar de todos os percalços, a Força Expedicionária Brasileira foi criada e embarcou no dia 2 de julho de 1944. Seguiram também as 5 primeiras enfer-

meiras que integraram o Destacamento Precursor de Saúde, composto do Major Médico Ernestino Gomes de Oliveira e das enfermeiras Elza Cansação Medeiros, Ignacia de Mello Braga, Antonieta Ferreira, Virginia Portocarrero e Carmem Bebian, que daqui partiram no dia 7 de julho, em avião, chegando à Itália antes das tropas. Estas foram as primeiras mulheres brasileiras a se empenharem em uma guerra em outro continente.

Cinquenta anos são passados desde o momento em que foi assinado, no dia 31 de agosto de 1942, o decreto que levou o Brasil a provar ao mundo que não era um país de homens fracos, enfermigos e antipatriotas. Muito pelo contrário. Nossa gente, no dizer do caboclo “dá um boi para não entrar em uma briga, mas dá uma boiada para dela não sair”. Assim foi que os 25.334 brasileiros que daqui saíram para revidar às ofensas sofridas, orgulhosamente trouxeram para o Brasil os louros da Vitória e o reconhecimento do próprio inimigo de sua bravura nos campos de batalha.

Com a declaração de guerra pelo Brasil aos que na época eram considerados os “maiores soldados do mundo” além do revidar às agressões, assinou o Presidente Getúlio Vargas a nossa “carta de alforria”, fazendo despertar o Gigante Adormecido.

Foi a partir da II Guerra Mundial que nossa gente se conscientizou de suas potencialidades, libertando-se do jugo ditatorial e passou a caminhar a passos largos para o desenvolvimento pleno, reafirmando o lema de nossa bandeira – ORDEM E PROGRESSO.

OFICIAIS ENFERMEIRAS BRASILEIRAS QUE PARTICIPARAM DA II GUERRA MUNDIAL NA ITÁLIA



1º GRUPO DE CAÇA



FAB